



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Gestão de Políticas Públicas

**Vigilância Socioassistencial de Patrocínio Paulista:
realização do Diagnóstico Socioterritorial.**

Ariana Martins¹
Ariela Salgado²

Resumo: No ano de 2023 foi realizado o Diagnóstico Socioterritorial no município de Patrocínio Paulista por meio da Vigilância Socioassistencial, o qual buscou conhecer vários indicadores no âmbito socioassistencial, com a finalidade de obter um “retrato” das demandas da política de assistência social, assim como as demais políticas, propondo um trabalho intersetorial. A pesquisa se deu por meio de amostragem, com 1.701 entrevistas realizadas, cerca de 13% das famílias do município, contemplando a zona urbana e rural. Tais dados subsidiarão diversas ações e planejamentos da gestões das políticas públicas e serviços.

Palavras-chave: Gestão; Vigilância Socioassistencial; Diagnóstico Socioterritorial.

Abstract: In the year 2023, the Socioterritory Diagnosis was carried out in the municipality of Patrocínio Paulista through Social assistance Surveillance, which sought to understand various indicators social assistance, with the purpose of obtaining a “portrait” of the demands of the assistance policy social policy, as well as other policies, proposing intersectoral work. The research was carried out through sampling, with 1,701 interviews carried out, around 13% of families in the municipality, covering the urban and rural areas. Such data will support various actions and planning for the management of public policies and services.

Keywords: Management; Social assistance surveillance; Socio-territorial Diagnosis.

INTRODUÇÃO

No ano de 2021 implantou-se o setor de Vigilância Socioassistencial no município para que houvesse uma qualificação e estratificação de indicadores sociais, tanto qualitativos como quantitativos, que pudesse auxiliar na direção de tomadas de decisão das ações na Política de Assistência Social. Iniciamos com dados básicos de nossa realidade de trabalho, como o conhecimento do perfil da demanda e onde estão localizadas no território de Patrocínio Paulista. A partir disso, conseguimos identificar o perfil da demanda usuária dos Benefícios

¹ Doutora em Serviço Social, Assistente Social, Chefe da Vigilância Socioassistencial da Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista, ariana_rossi@yahoo.com.br.

² Graduação em Direito, Secretária de Desenvolvimento Social de Patrocínio Paulista, fundosocial@patrocinio paulista.sp.gov.br.



Eventuais, da proteção social especial (Liberdade Assistida, PSC, mulheres vítimas de violência, entre outros), como também, as demandas do CRAS (Ação Jovem, Idosos, SCFV, PAIF e demais ações). Com esses dados iniciais, elencamos ações permanentes da Vigilância Socioassistencial a fim de termos indicadores comparativos mensal e anual.

No ano de 2022 tivemos a aprovação da Lei Municipal nº 3.492, de 06 de maio de 2022, que instaurou a Vigilância Socioassistencial enquanto setor presente e permanente na Política de Assistência Social no município de Patrocínio Paulista.

Na Lei supracitada, dentre os objetivos da Assistência Social do município de Patrocínio Paulista está:

II – realizar a vigilância socioassistencial, como mecanismo estratégico de produção, ampliação, sistematização e difusão de conhecimento, com elaboração de diagnóstico de base territorial, acerca de distribuição de oferta de serviços e incidências de riscos e vulnerabilidade pessoais e sociais visando à qualificação da intervenção socioassistencial no Município;

No capítulo I da Lei, é descrita as principais atividades e responsabilidades da Vigilância Socioassistencial:

Artigo 8º. A Vigilância Socioassistencial deve ser realizada por intermédio da produção sistematizada, análise e disseminação de informações sobre as situações de vulnerabilidade e risco e dos eventos de violação de direitos que incidem sobre famílias e indivíduos, sobre tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial e sobre o desempenho da política de assistência social no município.

Artigo 9º. A Vigilância Socioassistencial é caracterizada como uma das funções Política de Assistência Social e deve ampliar a capacidade de Proteção Defesa de Direitos com vistas a universalização da cobertura e garantia de direitos e acesso para serviços, programa, projetos e benefícios socioassistenciais.

§ 1º. A Vigilância Socioassistencial deve manter estreita interface com as áreas diretamente responsáveis pela coordenação da Proteção Social Básica e Especial no Município com vistas a propiciar a troca e retroalimentação de dados e informações para o planejamento e melhoria de suas ações.

§ 2º. as atividades de monitoramento contarão continuamente com informações sobre os serviços socioassistenciais, particularmente no que diz respeito a aspectos de sua qualidade e de sua adequação quanto ao tipo e volume da oferta especialmente no que se refere aos serviços ofertados diretamente pelo Município.

Artigo 10. O órgão municipal de Assistência Social deverá criar, estruturar e manter, técnica e financeiramente, área responsável pela vigilância socioassistencial, a fim de subsidiar com dados e informações as áreas de planejamento, gestão e as áreas que organizam a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios.

Parágrafo Único. O Município deve dispor de recursos incentivo à gestão para apoiar a estruturação e manutenção das atividades de vigilância socioassistencial.

Artigo 11. O Município é responsável pelas seguintes atividades na área de Vigilância Socioassistencial.

I - coordenar a elaboração de diagnóstico socioterritorial para subsidiar instrumentos de planejamento da pasta inclusive considerando demandas;

II - apresentar dados e informações que subsidiem a tomada de decisão para o planejamento e definição de prioridades de cofinanciamento da gestão, de serviços, programas, projetos e benefícios da política de Assistência Social;

III - verificar adequação da rede socioassistencial em relação a demanda por serviços;

IV - elaborar padrões de referência para avaliação da qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial;

V - disseminar as informações referentes à sua área de atuação interna e externamente, contribuindo para o exercício do controle social e para a transparência da Política de Assistência Social;

VI - estabelecer critérios e indicadores para acompanhamento sistemático e avaliação periódica do desempenho da Política de Assistência Social no Município.



Baseado nesses preceitos, a Vigilância Socioassistencial contribuirá para o desenvolvimento e aprimoramento dos serviços existentes na Política Assistência Social, como também, apontando para a necessidades de ampliação ou criação de novas ações ou estratégias a fim de suprir ou reduzir as situações de vulnerabilidades e riscos apresentados no município.

No ano de 2023, Patrocínio Paulista foi um dos municípios contemplados com recurso estadual para o Aprimoramento da Vigilância Socioassistencial. Este foi de extrema felicitação da equipe por poder obter capacitação técnica específica e a realização do Diagnóstico Socioterritorial que, por amostragem, pudemos conhecer a realidade de cada parte do território e então termos uma representação das necessidades e potencialidades dos municípes.

O Diagnóstico Socioterritorial nos possibilitará conhecer de forma mais próxima a realidade das famílias e indivíduos, principalmente as que residem na zona rural, a qual é uma área extensa e de difícil acesso. Com o recurso recebido, foi possível a contratação de uma empresa com equipe exclusiva para a obtenção de dados do Diagnóstico Socioterritorial.

Segue abaixo o mapa do município em suas áreas da zona urbana e zona rural. Atualmente temos aproximadamente 243 famílias residentes na zona rural cadastradas no setor de Benefícios Eventuais. Com o Diagnóstico poderemos conhecer melhor a realidade dessas famílias e outras.

FIGURA 1 – Localização de Patrocínio Paulista



Fonte: IBGE, 2022.

O município de Patrocínio Paulista está localizado a noroeste do estado de São Paulo, a 331km da capital com uma área de 602,848 km² (IBGE, 2022). Segundo estimativa, o município tem 14.488 habitantes (IBGE, 2022), dentre os quais 20,82% são pessoas com menos de 15 anos e 10,56% são maiores de 60 anos (IBGE, 2022).



O município tem uma taxa de fecundidade 52,58% (SEADE, 2021), o que justifica seu índice de crescimento médio de sua população de 1,07% maior que a média da região e do Estado (SEADE, 2021). Quanto ao seu saldo migratório, ou seja, uma média formulada por pessoas que chegam e outras que se mudam do município o índice é de 34 pessoas ano base 2010, o que está bem abaixo da média da região e do Estado, conclui-se portanto que Patrocínio Paulista possui uma baixa mobilidade migratória.

Quanto a sua densidade demográfica (habitantes/km²), Patrocínio Paulista apresenta um índice de 24,03% (IBGE, 2022), o que é relativamente baixo se comparado a região de governo e ao Estado. Na questão de infraestrutura o município mostra bons números com índices de 88,01%, de esgoto tratado, e um índice de 86,2% de grau de urbanização (SEADE, 2023).

O município no que diz respeito a domicílios com renda igual ou inferior a ½ salário mínimo em 2021 apresentava um índice de 30,7% e domicílios com renda entre ½ salário mínimo e 1 salário mínimo, somam por amostragem um total de 1.202 (IBGE, 2021).

Através de políticas públicas voltadas a atender famílias em situação de vulnerabilidades o município tem procurado implementar ações através de Política de Transferência de Renda (PTR), benefícios eventuais e demais ações com foco no fortalecimento e empoderamento dessas famílias. Quanto às demais políticas públicas percebe-se maiores investimentos na área da saúde e educação por meio da ampliação da rede de atendimento. Na área da habitação com a construção de moradias populares. Quanto ao número de empregos formais em 2020 o município apresentava um número de 2.289 vagas, no entanto, sabe-se que a disponibilidade de vagas de trabalho não tem sido suficientes.

No intuito de enfrentar esta problemática tem-se oferecido reuniões socioeducativas, a fim de oferecer suporte à inclusão dos usuários no mercado de trabalho, encaminhamento para vagas de emprego no município e na região, oferecimento de oficinas de geração de renda com o intuito de incentivar o empreendedorismo e oferecer uma alternativa na composição da renda familiar.

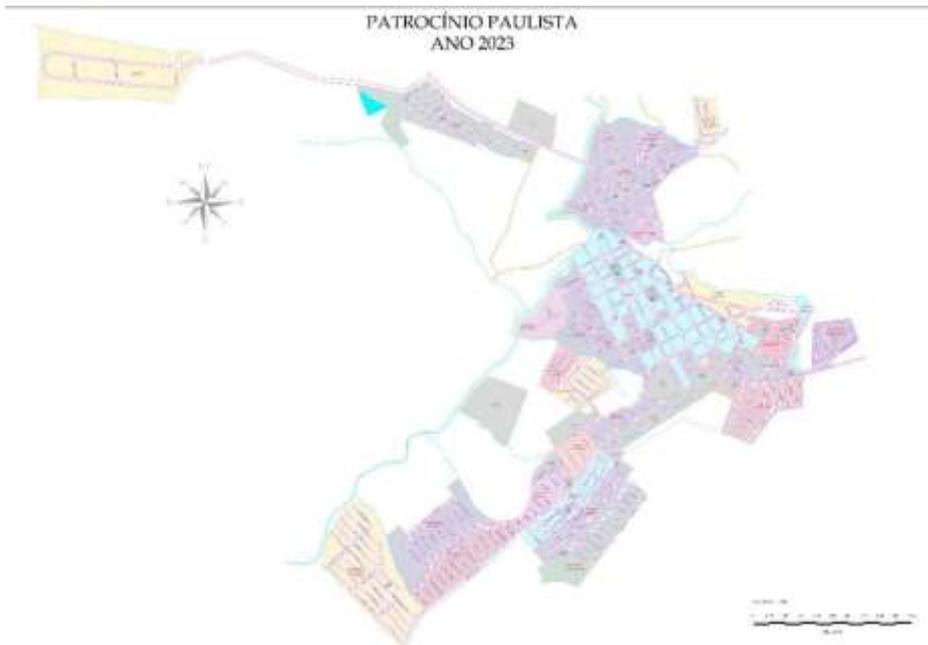
Quanto ao índice de crianças e adolescentes que abandonam os anos iniciais e finais e também do ensino médio mostra índice de 7,8%, ano base de 2021, equivalentes à região de governo e Estado, como forma de enfrentamento desta problemática por meio de orientação familiar promovida dentro do Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), visita domiciliar, acompanhamento sistemático das famílias com descumprimento das condicionalidades do Bolsa Família e também aquelas em que há evasão escolar de forma a incentivar a reinserção da criança e/ou do jovem na rede de ensino.

Quanto ao número de pessoas com deficiência, o município apresenta índices maiores do que em relação à região de governo e Estado, ou seja, 3.631 pessoas



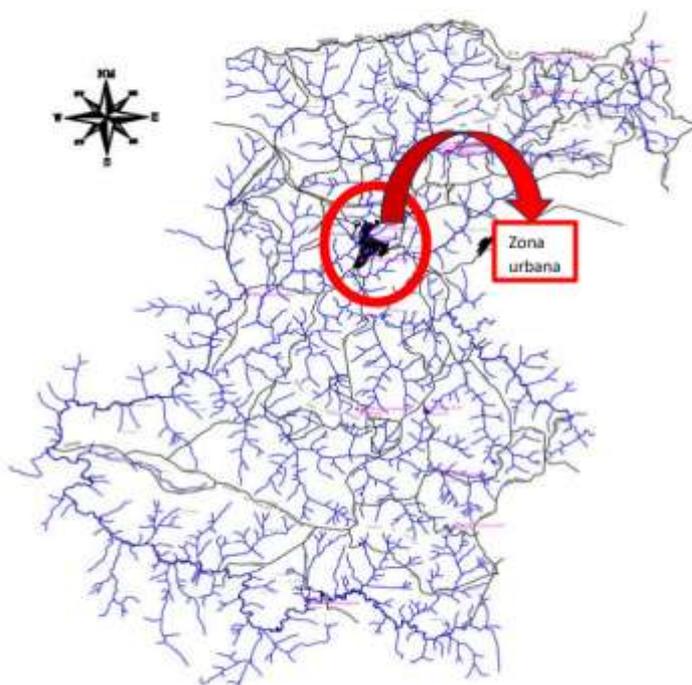
apresentam algum tipo de deficiência (intelectual, auditiva, motora ou visual) segundo pesquisa IBGE/2010. As pessoas com deficiência são atendidas pelo serviço de Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade ofertado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em reuniões socioeducativas e grupos de PAIF.

FIGURA 2 – Mapa do Município de Patrocínio Paulista (zona urbana)



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Patrocínio Paulista, 2023.

FIGURA 3 - Mapa do Município de Patrocínio Paulista (zona rural)



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Patrocínio Paulista, 2023.



O Órgão Gestor tem como áreas de atendimento os Benefícios Eventuais, Proteção Social Especial (PSE), Sala dos Conselhos Municipais, Cadastro Único e a Vigilância Socioassistencial.

A Vigilância Socioassistencial está localizada no Órgão Gestor do Departamento de Inclusão Social e Cidadania de Patrocínio Paulista, possuindo 1 técnico formado em Serviço Social exclusivo para os trabalhos da Vigilância Socioassistencial, conforme Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) as Normas Técnicas de funcionamento da Vigilância Socioassistencial, a qual preconiza:

Sugere-se que nos estados, nas metrópoles e nos municípios de grande porte a equipe da Vigilância Socioassistencial inclua profissionais das seguintes formações: Sociologia; Estatística; Serviço Social; Psicologia. Além destas formações, podem ser incorporadas à equipe todas aquelas formações estabelecidas na Resolução CNAS nº 17/2011, que reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Na área de Assistência Social, o município é caracterizado por pequeno porte I, está no nível gestão básica atuando no âmbito da Proteção Social Básica, Especial de Média e Alta Complexidade. As unidades de atendimento realizadas nessas áreas são:

- **Proteção Social Básica** – 02 unidades públicas de atendimento, sendo 01 CRAS (PAIF, SCFV, Ação Jovem, Idosos) e o Departamento de Inclusão Social e Cidadania, onde funciona o atendimento de Benefícios Eventuais.
- **Quanto a Proteção Social de Média Complexidade**, o município conta com uma entidade conveniada, a APAE, a qual desenvolve os serviços de média complexidade, no atendimento às pessoas com deficiência. A Entidade atende a um total de 70 pessoas.
- **Proteção Social Especial de Alta Complexidade**, o município possui um Abrigo Institucional para criança e adolescente com idade entre 0 e 17 anos e 11 meses, com capacidade para 10 usuários, com estrutura física adequada e instalações de acordo com as normatizações. Conta também com uma entidade conveniada, Lar São Vicente de Paulo, a qual executa os serviços de Acolhimento Institucional de pessoas idosas. A entidade tem uma capacidade de atendimento de 24 pessoas, mas atualmente abriga 19 idosos. E por fim, com uma Residência Inclusiva com capacidade para 10 usuários.

A existência da Vigilância Socioassistencial tem contribuído com a organização de dados e demandas prioritárias dando subsídio à Gestão na formulação e acompanhamento das ações na política pública.

A Vigilância Socioassistencial tem trabalho sistemático no que tange aos relatórios mensais, quadrimestrais, semestrais e anuais.



Dos relatórios mensais encontram-se:

- **Relatório quantitativo:** contém as quantidades de atendimentos em Benefícios Eventuais, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Proteção Social Especial, Fundo Social, Programas Estaduais, Cadastro Único e Dados Cecad.
- **Notificação sobre violência:** solicitado ao Conselho Tutelar e CMDCA relatório de quantos atendimentos foram realizados no mês, como também, o tipo de atendimento e ações realizadas.
- **Relatório de relação de usuários do cartão alimentação:** frequência de solicitações do cartão ao longo dos meses.

Relatórios quadrimestrais:

- **Relatório quantitativo e qualitativo:** dos serviços de Acolhimento (Crianças e Adolescentes; Pessoas Idosas) e de Proteção Especial às Pessoas com Dependência (APAE).

Relatórios semestrais:

- **Relatório quantitativos e qualitativos:** perfil da demanda de usuários dos Benefícios Eventuais; de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (Espaço Amigo – crianças e adolescentes; Ação Jovem – CRAS; Idoso – CRAS).
- **Visitas de Monitoramento:** serviços de Acolhimento (Crianças e Adolescentes; Pessoas Idosas) e de Proteção Especial às Pessoas com Dependência (APAE).

Relatório Anual:

- Censo SUAS – análise das informações cadastradas; cadastro no sistema;
- Relatório Circunstanciado – análise das ações e auxílio na construção do documento;
- PMAS - análise das informações (dados estatísticos, panorama do município) e auxílio na construção do documento.

Ações pontuais e outras em construção para inclusão na rotina:

- Enquete sobre segurança alimentar
- Enquete sobre nível de satisfação de atendimento e do serviço – todos os setores
- Acompanhamento dos casos de violência (à mulher, pessoa idosa, demais tipos) ocorridos na rede de saúde de modo intersetorial com a Assistência Social
- Acompanhamento de quantidades entregues em campanhas do agasalho/cobertores
- Desenvolvimento e atualização de protocolos de atendimento dos setores: Vigilância Socioassistencial, CRAS, Benefícios Eventuais, Proteção Social Especial e Cadastro Único.



Para cada relatório a entidade ou serviço, serão utilizados questionários e formulários digitais e/ou impressos que serão utilizadas em planilhas em excel como forma de banco de dados, padronização e análise dessas informações.

Todos os relatórios e informações são direcionados aos técnicos de referência e Gestão da Secretaria para que sejam discutidos os pontos de atenção, como também, os pontos positivos para que se mantenham.

Para a elaboração dos relatórios são consultados dados do IBGE, SEADE, DISQUE 100, CECAD 2.0 Rede SUAS, Blog GESUAS, Censo Cidadania e SAA do MDS.

As consultas aos sistemas para obter dados para as análises da Vigilância Socioassistencial serão realizadas pelo técnico da Vigilância, como também, pelos técnicos de referência dos setores de Cadastro Único, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

Os setores de Proteção Social Básica e Especial também contam com um sistema informatizado Sistema de Assistência Social (SAS), o qual possibilita o agendamento eletrônico, além do prontuário e arquivo de documentos de forma digital. Tal ferramenta tem sido alimentada pelos próprios técnicos.

No momento é possível realizarmos um estudo do perfil e identificação das fragilidades/ vulnerabilidades dos serviços prestados pelo Cadastro Único, Proteção Social Básica e Especial, como também, as entidades executoras dos serviços – Abrigo de crianças, ILPI, Serviços de Convivência, Ações do CRAS, entre outros.

A ação de monitoramento acontece semestralmente, buscando avaliar o funcionamento, qualidade e cumprimento dos Planos de Ação. É através de um roteiro norteador para a visita que se realiza o monitoramento.

Outra forma de monitoramento é a avaliação da satisfação dos usuários sobre a estrutura, funcionamento, qualidade de cumprimento dos Planos de Ação.

Será monitorada a demanda por serviços.

A devolutiva será dada para os diferentes setores, serviços e equipamentos do município sobre o resultado desse processo.

A partir da identificação de demandas para pleitear a abertura de novos serviços, faz-se necessária a identificação da demanda, como por exemplo, a abertura de um Centro de Convivência do Idoso (CCI), um Centro Dia, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Rede de Apoio para casos de violência, entre outros.

Para a identificação da demanda é necessário estudo prévio em fontes de dados de caracterização destas demandas – DISQUE 100, IBGE, SEADE, entre outros, assim como, a identificação direta por meio dos prontuários já existentes e in loco a fim de obter proximidade e conhecimento da realidade familiar.



Produção e sistematização de informações territorializadas sobre situações de vulnerabilidades e risco que incidem sobre famílias e indivíduos, a fim de dar subsídio à gestão da política de Assistência Social do município de Patrocínio Paulista.

Para a elaboração dos relatórios citados anteriormente (mensais, quadrimestral, semestral e anual) serão consultados dados do IBGE, SEADE, DISQUE 100, CECAD 2.0, Rede SUAS, Blog GESUAS, Censo Cidadania e SAA do MDS.

Será solicitado ao Conselho Tutelar relatório mensal de quantos atendimentos foram realizados, como também, o tipo de atendimento e ações realizadas. A Vigilância Socioassistencial ficará responsável por receber esses dados e realizar análise para gerar relatório e sugerir ações junto à Presidência do Conselho e Órgão Gestor.

No momento estamos em processo de articulação com as secretarias de saúde e educação para estruturar e validar um fluxo de atendimento que oferte à pessoa vítima de violência uma rede de proteção.

Para um Diagnóstico Socioterritorial faz-se necessária a ampliação da equipe, para que se possa realizar pesquisas, entrevistas e visitas in loco para mapeamento social das famílias e suas necessidades.

RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Foram visitados 24 bairros e realizadas 1.701 entrevistas entre a zona rural e urbana, sendo 1.479 entrevistas na zona urbana (390 CadÚnico) e 222 entrevistas na zona rural (57 CadÚnico), faltaram 57 entrevistas para fechar os 13% da população entrevistada. Todas as entrevistas foram respondidas em plataforma digital Kobotoolbo, permitindo guardar em banco de dados todas as informações respondidas de todos os participantes.

Os indicadores pesquisados foram:

1. Idade
2. Escolaridade
3. Composição familiar
4. Renda
5. Moradia
6. Religião
7. Raça/cor/etnia
8. Gênero
9. Sexualidade
10. Quantidade de idosos no domicílio
11. Quantidade de crianças no domicílio
12. Quantidade de gestantes no domicílio
13. Quantidade de pessoas com deficiência no domicílio
14. Quantidade de adolescentes no domicílio
15. Existência de violência doméstica
16. Existência de dependência química
17. Existência de trabalho infantil
18. Existência de medidas socioeducativas
19. Existência de trabalho escravo



20. Existência de exploração de pessoas
21. Existência de doença mental
22. Conhecimento da Secretaria – utilização dos serviços, opinião
23. sobre o atendimento, quais necessidades apresentadas
24. Quantas refeições realiza por dia
25. Quais alimentos consome.
26. Cultivo de árvores frutíferas, animais para reprodução.

Para cada um desses indicadores foram realizados gráficos e mapas a fim de identificar no território as maiores concentrações, a fim de darmos prioridade a estas demandas, como também, desenvolver ações intersetoriais podendo traçar planos de intervenção mais assertivos e estratégico.

A maioria das famílias entrevistadas pertenciam à faixa etária entre os 21 e 60 anos de idade, revelando cerca de 62% em faixa etária produtiva.

Sobre o aspecto da escolaridade, verificamos que a maioria da demanda entrevistada possui o ensino fundamental incompleto (29,5%), mas muitos conseguiram chegar ao ensino médio (39,1%), demonstrando que nossa população tem aumentado o índice de escolaridade, embora ainda baixo para uma boa parcela.

A faixa salarial também foi outro aspecto analisado e verificamos que a maioria dos entrevistados possuíam entre 1 e 2 salários mínimos (66,1%), sendo destes a maioria estando localizados na zona urbana e a composição familiar dessas pessoas são de 2 ou 3 pessoas.

Sobre moradia, a maioria (66,4%) dos entrevistados residem moradias próprias, somando às residências alugadas, estão localizadas na zona urbana. Já as residências cedidas estão localizadas na zona rural. Compreendemos que este número se dê pela região ser habitada por muitas chácaras e sítios, constituindo em famílias que trabalham como caseiros nestas residências.

A maioria dos entrevistados revelaram-se ser pertencentes à religião católica (64,4%) e em seguida a religião evangélica foi a de maior pertencimento (21,8%).

Sobre a cor, raça e etnia, 48,7% dos entrevistados declararam-se ser brancos e em seguida como pardos com 34,8%. Já sobre gênero, 65,7% declaram-se ser do gênero feminino e 34,1% ser do gênero masculino. E 97,5% declararam-se ser heterossexuais e 1,5% homossexuais.

Nas famílias participantes da pesquisa, foi identificado que a maioria das famílias não possuem crianças em sua composição (64,7%), somente 35,3% declararam ter pelo menos uma criança em sua composição. Em contrapartida, 44,2% declararam ter pelo menos uma pessoa idosa na composição familiar e apenas 21,6% declararam ter um adolescente na família. A quantidade de gestantes também foi outro aspecto analisado e verificou-se que apenas 2,6% das famílias possuíam gestantes.



Sobre o conhecimento e utilização do serviço da Assistência Social, 59,1% declararam conhecer a Secretaria de Desenvolvimento Social e 38% já utilizaram algum tipo de serviço. Os satisfeitos com o serviço, somam-se a 78,7% que classificaram o serviço como ótimo e bom.

As principais necessidades das famílias foram apontadas na área da saúde como medicação e seu acesso (19,6%) e 10% apontaram a necessidade de mais emprego. Acreditamos que esta última necessidade corresponde ao aspecto da baixa escolaridade, pois muitas vagas exigem maior qualificação e escolaridade. Ainda no âmbito da saúde, 16% declararam ter algum caso de dependência química na família e na mesma quantidade (16%) declararam ter algum caso de doença mental na família. Sobre as doenças mais recorrentes foram apontadas a hipertensão (14,3%) e diabetes (9,4%).

Sobre algumas formas de violência, perguntamos às famílias sobre a existência passada ou presente de violência, pois refletimos nas possíveis formas de reprodução das mesmas, como também, na tentativa de desvelar situações nunca antes declarada e obtivemos que 6% declararam a ocorrência de violência doméstica, 11% declararam alguma situação de trabalho infantil, 2% declararam alguma situação análoga ao trabalho escravo e 3% declararam passar por situação de exploração de pessoas.

No âmbito do esporte, lazer, cultura, foram apontados os desejos de ter mais esporte e lazer nos bairros (39,5%), seguido de palestras, teatro e música.

Sobre as quantidades de refeições realizadas, 43,8% relataram realizar 4 refeições por dia, enquanto que 9,5% relataram realizar 2 refeições por dia (almoço e jantar) e 1,6% apenas 1 refeição ao dia. O arroz foi o alimento apresentado como o mais consumido entre os entrevistados e o peixe como a proteína animal menos consumida. E por fim, 26,2% relataram ter algum tipo de árvore frutífera, 15% algum tipo de horta, 8,6% criam aves e 1,3% criam porcos para consumo da carne e ovos.

Algumas considerações finais que chegamos a partir dos dados indicados neste trabalho é a da importância de se ter mais pesquisas como esta, a fim de nortear e pautar os trabalhos da gestão de políticas públicas, a partir da real necessidade do munícipe, dando-lhe voz para expressar suas necessidades, condições de vida e desejos.

A necessidade de um trabalho intersetorial entre as políticas públicas também é outro ponto que se faz necessário, focando nos esforços e ações a serem trabalhadas conjuntamente em prol do bem comum.

Ações de esporte e lazer serem descentralizadas, facilitando o acesso e aproximando da comunidade, como também, atendendo o pedido da população.

A Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social agir de forma investigativa e aprofundada nos indicadores sobre violência, sobretudo a violência doméstica, trabalho infantil, exploração e escravidão.



Consideramos de grande valia este trabalho, o qual subsidia diversas ações e deve ser sempre atualizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **CapacitaSUAS Caderno 3 Vigilância Socioassistencial**: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social. Brasília - DF: MDS, 2013a. BRASIL.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. 3a ed. Brasília - DF: Câmara dos Deputados, 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. 1a ed. Brasília - DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Norma Operacional Básica (NOB/Suas). 1a ed. Brasília - DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

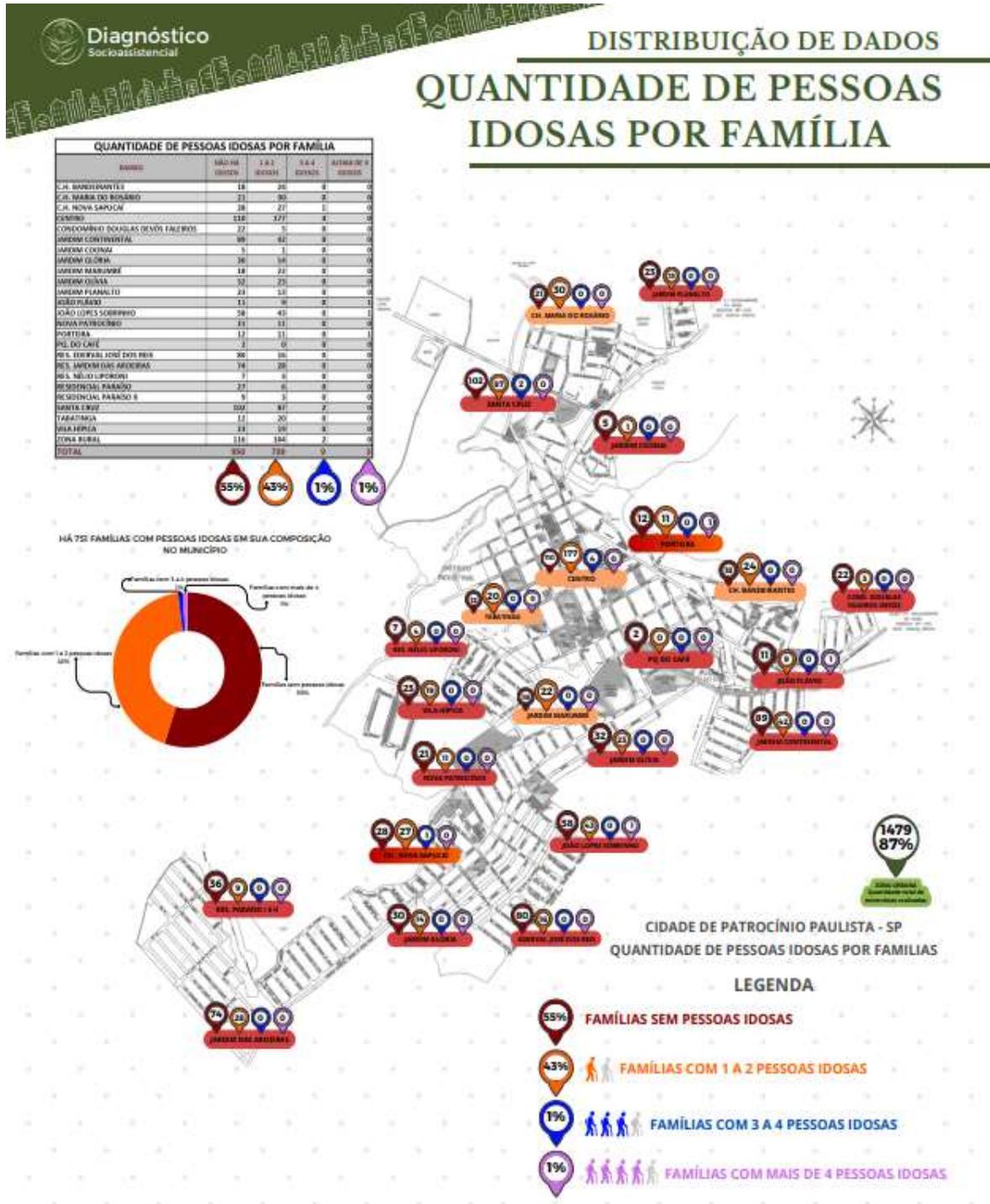
BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Brasília, DF: **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. 1a ed. Brasília - DF: [s.n.], 2013b.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF: Brasília, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/patrocínio-paulista/panorama>>. Acesso em: 18/03/2024.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. São Paulo, 2021. Disponível em: < <https://www.seade.gov.br/>>. Acesso em: 18/03/2024.



APÊNDICE A – EXEMPLO DE MAPA DA ZONA URBANA





APÊNDICE B – EXEMPLO DE MAPA DA ZONA RURAL

